



Anais da Assembléia

N.º 05

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 02 DE MARÇO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanuso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domicio Escaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da Ata da sessão preparatória anterior.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, questão de ordem.

Sr. Presidente, data vênua da contagem que se faz e tendo a Mesa anunciado número legal, eu requereria, Sr. Presidente, a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Atendendo o pedido do Sr. Deputado Enéas Faria, A Mesa solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para a constatação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum).

Acham-se presentes vinte e nove (29) dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Verificada a existência de número legal, solicito ao Sr. 2º Secretário que proceda a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Procede a leitura da Ata da sessão anterior).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra V. Exa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, eu gostaria que na Ata constasse o que o líder do MDB disse no seu pronunciamento, da tribuna, desligando os dois Deputados que divergiram da orientação do Partido, da bancada. Isto foi afirmado pelo Sr. líder do MDB, na oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência determina que se faça a anotação sugerida por V. Exa., Sr. Deputado Deni Schwartz e constará da Ata da sessão de hoje.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam queiram permanecer como estão. — Aprovada.

O SR. 2º SECRETÁRIO procederá a leitura da Ata da sessão de Instalação, do 3º Período Ordinário, da 8ª Legislatura.

O SR. 2º SECRETÁRIO — (Procede à leitura da Ata).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a aprovada.

A Presidência tem a honra de registrar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o Sr. Jorge Ferreira de Melo, DD. Prefeito Municipal de Sapopema.

O Sr. 1º Secretário lerá o expediente que se encontra sobre a Mesa.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede à leitura do expediente).

OFÍCIOS:

Sob o número 226/76 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente: o Projeto de Lei número:

186/75 — Tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões “exerceu, ou”, constantes da alínea b, do parágrafo 2º, do art. 17; os parágrafos 5º e 6º, do art. 32; o art. 50 e seus incisos; o art. 51 e parágrafos; o art. 52; o art. 53 e parágrafos; o art. 116; o art. 117 e parágrafos; o art. 120; o art. 122; a expressão “automaticamente”, contidas no texto dos arts. 119, 121 e 123; o art. 124, as expressões “bem como a designação do primeiro concurso, em igual prazo”, contidas no “caput” do art. 125; e as expressões “e o decreto número 1495, de 16 de fevereiro de 1976”, constantes do art. 126. — À C.C.J..

Sob o número 253/77, do Senhor Leônidas Hey de Oliveira, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, comunica que em Sessão Plenária de 18 de janeiro do ano em curso, por proposição do Conselheiro Nacim Bacilla Neto, aprovada por todos os Conselheiros, consignou em Ata voto de pesar pelo desaparecimento do ilustre Parlamentar Leopoldo Jacomel. — Ao conhecimento da Casa.

TELEGRAMA:

Nos seguintes termos: Consternados falecimento Nobre Deputado João Leopoldo Jacomel Vg. nome classe Comerciaría Vg. Apresentamos a esse Legislativo sinceras condolências.

Dr. Vicente da Silva.

Presidente

— Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer Regime de Urgência para os seguintes Projetos:

1 — PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 362/76 — que aprova Convênio entre o Estado do Paraná e o município de Terra Roxa, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana.

2 — PROJETO DE LEI NÚMERO 41/76 — de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto Nossa Senhora das Mercês.

3 — PROJETO DE LEI NÚMERO 120/76 — de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a entidade denominada Obras Sociais e Educacionais da Igreja de Deus no Brasil.

4 — PROJETO DE LEI NÚMERO 128/76 — de autoria do Deputado Paulo Camargo, que dá nova redação ao Art. 1º da Lei número 6258 que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Umuarama.

5 — PROJETO DE LEI NÚMERO 130/76 — de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná.

6 — PROJETO DE LEI NÚMERO 132/76 — de autoria do Depu-

tado Fabiano Braga Cortes, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente dos Oficiais das Forças Armadas, com sede na cidade de Santa Maria – Rio Grande do Sul.

7 – PROJETO DE LEI NÚMERO 135/76 – de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a COLSAN – Londrina.

8 – PROJETO DE LEI NÚMERO 137/76 – de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do Ivaí.

9 – PROJETO DE LEI NÚMERO 138/76 – de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul.

10 – PROJETO DE LEI NÚMERO 139/76 – de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ACÁCIO BUENO, ocorrido no último dia 28 em Cornélio Procopio.

O extinto que era antigo morador da cidade deixa grande lacuna na sociedade local e, ainda, inconsolável sua numerosa família, pelo seu prematuro desaparecimento.

Requer ainda, que da decisão da Casa sejadado conhecimento a Exam. família.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de louvor pela eleição do desembargador Ariel Ferreira do Amaral à presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O homenageado é nascido a 16 de junho de 1911, na cidade de Curitiba, filho do eminente Desembargador Octavio Ferreira do Amaral e de Eliza Almeida Ferreira do Amaral. Courseu as primeiras letras no tradicional Grupo Escolar Xavier da Silva, tendo sido afilhado deste grande paranaense, Presidente do Estado por duas vezes. Concluindo o curso primário, ingressou no antigo Ginásio Paranaense, e mais tarde courseu a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, da qual seu ilustre pai foi um dos fundadores e diretores, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais com brilhantismo, em 1935.

Ainda Acadêmico de Direito, foi nomeado Promotor Público do antigo termo de Araucária, exercendo esse cargo por quatro anos, removendo-se para Araucária, onde concluiu seu quadriênio, tempo exigido para poder prestar concurso ao cargo de Juiz de Direito – seu verdadeiro ideal.

Obtendo com justiça, o primeiro lugar nesse concurso, foi designado para exercer as funções de Juiz de Direito da comarca de Clevelândia, em 1940, lá permanecendo durante um ano, quando foi promovido para a comarca de Santo Antônio da Platina, onde exerceu a judicatura por 14 anos. Hoje é cidadão honorário platinese.

Nessa comarca, como um dos fundadores do Colégio Estadual Rio Branco, lecionou as disciplinas de Latim e Português. Também foi um dos fundadores do Rotary Club platinese.

Em fins de 1955, foi promovido para a Capital como juiz de direito da 1ª Vara Criminal do Tribunal do Júri, sendo primeiro presidente do novo prédio, edificado no Centro Cívico. Depois de algum tempo, exerceu as funções de Juiz de Direito da Vara de Família e Registros Públicos e membro do Tribunal Regional Eleitoral.

Não deixando de lado o Magistério, continuou a transmitir conhecimento de Latim e posteriormente de Organização Social e Política no Colégio Estadual do Paraná. Seguindo os passos de seu pai, é um dos fundadores da Faculdade de Direito da Universidade Católica do

Paraná, ocupando a cátedra de Direito Romano desde o ano de 1956.

Por merecimento, foi alçado do cargo de juiz de direito – substituto de desembargador, ao cargo de desembargador, em 1966. Em 1974, foi eleito 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e em 17 de dezembro último, foi eleito Presidente do mesmo Tribunal.

É casado com Judith P. Ferreira do Amaral, sendo seus filhos: Lia Maria; Lígia Maria, casada com o Dr. Ario Dergint; Elisa Maria, casada com o Dr. Gerônimo Macedo Moli; Judite Maria; Cecília Maria, casada com o Sr. Isaias de Andrade e Silva, e Ariel Filho, casado com Maria Célia Merhy Ferreira do Amaral. Nos anos de 1968 e 1974 empreendeu duas grandes viagens conhecendo nessas oportunidades, mais de 50 países.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão ao homenageado.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo ao Deputado Federal José Alencar Furtado pela sua eleição à Liderança da Bancada do MDB, na Câmara Federal.

O Deputado Alencar Furtado foi deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em 1967-1971. Durante esse mandato foi membro das Comissões de Constituição e Justiça (1967-1970) e de Educação e Cultura (1970); 2º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa (1969).

Deputado Federal desde 1971. Na Câmara dos Deputados ocupou o cargo de Vice-Líder do MDB (1971-1972); foi membro da Comissão de Relações Exteriores e de Ciência e Tecnologia; Suplente das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e do Desenvolvimento da Região Sul (1971); 1º Vice-Presidente da Mesa (1975-1976) da Câmara dos Deputados. Missão no exterior: Congresso Interparlamentar (1974).

Foi Presidente da Comissão Executiva Regional do MDB em 1969-1970.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Comissões, em 02 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. secretário de Estado dos Recursos Humanos, rogando-lhes seja concedido ao funcionalismo estadual, aumento de vencimentos em percentual compatível com a elevação do custo de vida, sem qualquer relação com o aumento de 30 por cento concedido ao funcionalismo federal, o qual já foi agraciado recentemente com reclassificação geral de cargos, bem como, seja equiparado o salário-família em Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) e não se adote o pagamento parcelado dos atrasados, como foi anunciado pela imprensa.

Sala das Sessões, em 01 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal anunciou, em data de ontem, a concessão de aumento ao funcionalismo da União, na base de trinta por cento.

Os motivos que levaram a Presidência da República a limitar em apenas 30 por cento o percentual, embora, no próprio texto do Decreto reconheça que o custo de vida atingiu índice superior a 46 por cento, "data vênica", não poderão ser invocados por nosso Estado, quando o Governador elaborar sua Mensagem.

Lá, houve recentemente reclassificação geral de cargos, o que permitiu melhorias até na razão de 200 por cento, conforme se divulgou. Os atuais 30 por cento viriam apenas complementar o reajuste procedido

através daquela reforma.

Enquanto isso, aqui, a reclassificação apenas foi anunciada e ainda não se concretizou.

Por outro lado, os níveis iniciais encontram-se encavalados, fato que obrigará a concessão de um percentual maior àqueles funcionários que percebiam vencimentos correspondente ao salário-mínimo, não se justificando que, em contrapartida, sejam prejudicados os servidores mais graduados, principalmente os portadores de diplomas de nível superior.

Outra medida que poderá ser tomada, trata da equiparação do salário-família em Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros); pois o gasto com um dependente de funcionário federal é igual ao que dispense um funcionário estadual no trato dos seus.

Quanto à notícia de que o pagamento dos atrasados (o Governo prometeu pagar o reajuste a partir de 01 de janeiro), parece-nos absurda e sem fundamento, pois, a Mensagem de aumento já estava sendo esperada desde o final de 1976 e o custo de vida, que àquelas alturas já acusava 46,7 por cento, sofreu razoável elevação nestes dois primeiros meses do ano, em razão dos novos preços do trigo, leite, gasolina, transporte, café, carne, energia elétrica, água, tarifas telefônicas, tarifas postais e tantos outros autorizados pelo Governo.

Isso tudo, sem falarmos do tão comentado EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO, que tão logo elevará em mais Cr\$ 2,00 o preço da gasolina, com reflexos diretos no já insuportável custo de vida.

Esperamos que o Chefe do Poder Executivo cumpra em sua esperada Mensagem, aquilo que prometeu publicamente, reajustando, condignamente, os vencimentos dos servidores públicos estaduais, não só agraciando-lhes com "o maior percentual do País" (poderá ser apenas 31 por cento), mas, atribuindo ao menos 46,7 por cento ao menor índice dentro da escala que pretende adotar, pois este, repetimos, foi o percentual do aumento do custo de vida em 1976, reconhecido publicamente pelo porta-voz do Governo Federal ao justificar o reajuste concedido ao funcionalismo da União.

Convém frisar que, embora o servidor federal tenha obtido aumento de apenas 30 por cento, sua nova escala de vencimentos parte de Cr\$ 1.128,00 para o nível 1, até atingir o teto de Cr\$ 17.306,00 fixado para o nível 57, quantia que supera em aproximadamente 500 por cento o valor do nível 30 da Tabela de Vencimentos do funcionário público estadual.

Para finalizar, lembramos, ainda, que até esta data não temos notícia da Tabela de Vencimentos que deverá complementar o Estatuto do Magistério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a construção de uma unidade escolar no distrito de Sertãozinho, município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

Face o grande número de crianças em idade escolar, e que residem naquele distrito e não têm nas proximidades uma escola para sua educação elementar, tendo por isso, que se deslocarem até a sede do município para adquirirem os primeiros conhecimentos, é o presente para solicitar, seja tomada uma providência, no sentido de que se construa uma unidade escolar naquele distrito, evitando assim o deslocamento das crianças até a sede, o que redundará em redução das despesas de seus pais que na maioria possuem um baixo poder aquisitivo.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e consequente aprovação do presente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvir o Plenário, que esta Casa faça chegar às

mãos de Sua Senhoria, Osiris Sthenguel Guimarães, Secretários dos Transportes, expediente reivindicando a efetivação de imediato processamento de estudos com objetivação da continuidade de obras de pavimentação asfáltica para interligação dos municípios de Amaporã, Planaltina do Paraná, Santa Isabel do Ivaí e Santa Cruz do Monte Castelo.

O motivo imperativo da presente proposição prende-se aos temores justos dos habitantes das três primeiras Comunidades, quanto ao inevitável isolamento ao qual serão relegadas, no complexo da malha viária do Noroeste Paranaense, isentando-se Santa Cruz do Monte Castelo, visto que esse município, merecidamente dela participa, incluso que é, no plano em execução para atingir o município de Querência do Norte e conseqüentemente, a região sulina mato-grossense, via Porto Caiuá.

É mister salientar, que a atenção de Vossa Excelência para com o acima exposto, representa de fundamental importância para o asseguramento do desenvolvimento desses municípios visto que os mesmos, essencialmente agro-pecuários, dependem vitalmente de estradas para seguro escoamento de suas notáveis produções.

A desatenção do Governo do Estado para com o percurso Santa Isabel do Ivaí-Planaltina do Paraná, já é motivo para um sério problema dentro do Poder Judiciário, originado pela intrafegabilidade de seus 25 quilômetros, visto que, caso medidas saneadoras não sejam executadas de pronto, Planaltina do Paraná pleiteará seu desmembramento da comarca de Santa Isabel do Ivaí, para vinculação à de Loanda. Grave é também o posicionamento de Planaltina do Paraná, cuja população já resente os efeitos de um possível isolamento.

São municípios comprovadamente vinculados partidariamente ao esquema governamental, mas cujo crescimento é creditado tão somente à força de vontade, ao arrojo, à coragem e a dedicação ao trabalho de seus quase 100 mil habitantes e, pela participação de Amaporã, Planaltina do Paraná, Santa Cruz do Monte Castelo e Santa Isabel do Ivaí no processo do enriquecimento do Estado. É monumental o débito do Governo para com aquela região.

Estamos convictos da seriedade com que o Senhor Secretário dos Transportes haverá de prestigiar este apelo.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Diretor do DETRAN, solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários objetivando a criação de CIRETRAN naquele município.

Com população superior a 100 mil habitantes, São José dos Pinhais de há muito se resente deste benefício.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 01/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — A Rodovia PR-415 que liga Curitiba a Piraquara passe a denominar-se João Leopoldo Jacomel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de março de 1977.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa denominar a rodovia que liga a cidade de Curitiba a Piraquara, DEPUTADO JOÃO LEOPOLDO JACOMEL. Pretende-se com o presente, prestar uma justa homenagem a um homem devotado à causa pública que nasceu naquela vizinha cidade, dedicou sua vida à política, inicialmente na cidade de Piraquara e posteriormente como parlamentar ao Paraná.

O subscritor do presente julga a homenagem uma das mais justas porquanto LEOPOLDO JACOMEL foi um dos maiores batalhadores daquela rodovia. Durante mais de 15 (quinze) anos reivindicou, pleiteou e bateu em todas as portas e pouco antes de terminar sua vida terrestre viu

o sonho concretizado, embora não pudesse participar da inauguração pois a doença o impediu.

Os nobres Pares certamente apoiarão a medida que ora propomos à consideração e será tributada a mais justa das homenagens que o Paraná poderá prestar a um dos homens públicos mais íntegros do nosso Estado.

PROJETO DE LEI NÚMERO 02/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica declarada de utilidade pública a COLSAN-LONDRINA-SOCIEDADE BENEFICIENTE DE COLETA DE SANGUE, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.^o - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A Colsan-Londrina, Sociedade Beneficiente de Coleta de Sangue, é uma entidade que vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade Londrinense, o que já ensejou a sua declaração de utilidade pública no âmbito municipal, através da Lei número 2.722, de 04 de janeiro de 1977.

Com o presente projeto de lei que estamos apresentando, queremos estender ao âmbito estadual o reconhecimento público, já que conforme a documentação que anexamos existe as condições legais para tal.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, que sejam as minhas palavras endereçadas à nova Comissão Executiva por iniciar praticamente hoje, os trabalhos legislativos.

E a renovação sempre é mais esperança; e nós acreditamos que os trabalhos serão cada vez mais aprimorados.

(Lê):

"Reina uma certa preocupação no meio dos homens da lavoura, com relação ao preço fixado para o trigo que foi de Cr\$ 170,40 por saca da 60 quilos.

Na verdade, as entidades de classe esperavam que fosse na base mínima de Cr\$ 220,00 por saca.

A diferença, para menos, relativamente expressiva, faz com que o produtor não obtenha lucro algum.

E o ano agrícola por inteiro, poderá lhe ser desfavorável se a soja não obtiver uma retribuição mais favorável, pelo menos, na base de Cr\$ 225,00 por saca.

Para um consumo de cinco milhões de toneladas de trigo, o Brasil atinge com esforços apenas, a casa dos três milhões de toneladas.

Não satisfeitos com o preço atual, não obstante, o espírito de sacrifício dos produtores de trigo, a área de plantio poderá ser reduzida de um terço, devendo colher somente dois milhões de toneladas de trigo, passando a nossa importação para a casa dos três milhões de toneladas, cujo importe é da ordem de trezentos milhões de dólares anuais no mínimo.

Numa campanha das mais meritórias, toda a nação brasileira já está se empenhando na economia de combustível de petróleo, mas, mesmo assim, não se espera economia superior a dez por cento, dos três bilhões e trezentos milhões de dólares, dispendidos na compra do precioso combustível.

Isso significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a economia que precisa ser feita, o será certamente.

Acontece entretanto, que a mesma poderá ser gasta na importação de trigo, o que acabará não melhorando no final, em nada a nossa balança comercial.

Os homens da agricultura do Paraná, propõem, entretanto, que os órgãos competentes estudem o esboço de uma solução, que tomamos a

liberdade de apresentar neste momento.

Para obter divisas, moedas fortes, o governo concede estímulos fiscais para a exportação de óleo de soja e de farelo de soja, concedendo 4 e 8 por cento de incentivo, enquanto que os manufaturados exportados gozam de incentivos de até vinte e sete por cento, representados pelo ICM e IPI.

Ora, Srs. Deputados, se em vez de incentivar somente bens exportáveis, para obter moedas fortes, divisas, na quantia de trezentos milhões de dólares para pagar o trigo a ser importado, mais ou menos três milhões de toneladas, se em vez dessa medida que já é rotina, o governo criar o incentivo, digamos de 15 a 20 por cento sobre o preço estabelecido, por prazo não inferior a dois ou três anos, esse estímulo ficaria depositado como crédito bancário, a prazo fixo de dois ou três anos, sujeito aos reajustes das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, por certo, que no fim desse período enquanto os produtores recolheriam os lucros de seus esforços na lavoura tritícola, o Brasil, desse modo, se tornaria um país auto-suficiente, na produção de trigo, especialmente, se ampliar as áreas do cerrado de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás e outros.

Desejamos, Srs. Deputados, que fique bem claro, se na indústria, é indispensável que desse desenvolvimento participe todo o colaborador, do pequeno, médio e grande produtor.

O crescimento econômico teve igual endividamento na modernização dos meios ou recursos de trabalho, como o atestam os balanços e os consideráveis lucros das instituições financeiras e creditícias.

Mas, sem razoável margem de lucros, que assegure a liquidez dos endividamentos, poderá ocorrer um desestímulo, um recesso, especialmente, na agro pecuária, por mais acentuado que seja o patriotismo dos que se dedicam a fazer riqueza da Pátria e o seu nunca desmentido apoio ao dinâmico Governo de S. Exa., o Presidente Geisel.

Eram estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as considerações que julgamos oportuno fazer, quando estamos nas vésperas do plantio do trigo, fazendo com que o agricultor realmente usasse todas as suas forças para que o plantio do Paraná, principalmente, fosse o melhor e o maior possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados.

O início desta Sessão Legislativa, é como que uma prorrogação e evidentemente que o é, do exercício do mandato parlamentar.

Em dezembro do ano que se findou moviamo-nos o interesse de ver satisfeita a pretensão da classe trabalhadora da administração pública do Estado do Paraná.

Abordamos em várias oportunidades o aspecto do percentual que poderia ser concedido de aumento do funcionalismo do Estado do Paraná.

Ponderamos várias vezes sobre quantidade que deveria acrescer aos vencimentos de um modo mais amplo, dos funcionários públicos, do Estado.

Recentemente, antes de ontem precisamente, o Governo Federal anunciou que o aumento do funcionário federal seria da ordem de 30 por cento.

Os motivos que levaram a Presidência da República a limitar apenas em 30 por cento o percentual, embora no próprio texto do Decreto reconheça que o custo de vida atingiu índice superior a quarenta e seis por cento, "data vênica", não poderão ser invocados por nosso Estado, quando o Governador elaborar a Mensagem que encaminhará a este Poder Legislativo.

Parece-nos que a intenção do Chefe do Executivo, seria elaborar uma Mensagem estribada nestes mesmos percentuais.

Já no ano passado, nós dizíamos que o Governo do Estado poderia tomar por base o que fez o Governo Federal, no início de 1976, quando fez uma remodelação, uma reestruturação dos quadros do funcionalismo federal.

Lá, houve recentemente, reclassificação geral de cargos, o que permitiu melhorias até na razão de duzentos por cento, conforme já foi divulgado e está em vigor.

Os atuais trinta por cento viriam apenas complementar o reajuste procedido através daquela reforma, ou completar o desígnio de estabelecer um critério à base do Governo Federal, nesta previsão de aumento de trinta por cento.

Enquanto isso, aqui, a reclassificação apenas foi anunciada e ainda não se concretizou.

"Por outro lado, os níveis iniciais encontram-se encavalados, fato que obrigará a concessão de um percentual maior àqueles funcionários que percebem vencimento correspondente ao salário mínimo, não se justificando que, em contrapartida, sejam prejudicados os servidores mais graduados, principalmente os portadores de diplomas de nível superior", hoje desconsiderados em todos os níveis da administração pública.

(Lendo): "Outra medida que poderá ser tomada, trata da equiparação do salário-família em 60 cruzeiros, pois o gasto com um dependente de funcionário federal é igual ao que dispense um funcionário estadual no trato dos seus.

Quanto à notícia de que o pagamento dos atrasados (o Governo prometeu pagar o reajuste a partir de primeiro de janeiro), parece-nos absurda e sem fundamento, pois a Mensagem de aumento já estava sendo esperada desde o final de 1976 e o custo de vida, que àquelas alturas já acusava quarenta e seis vírgula sete por cento, sofreu razoável elevação nestes dois primeiros meses do ano, em razão dos novos preços do trigo, gasolina, transporte, café, carne, energia elétrica, água, tarifas telefônicas, tarifas postais e tantos outros autorizados pelo Governo.

Isso tudo, sem falarmos do tão comentado EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO, que tão logo elevará em mais 2 cruzeiros o preço da gasolina, com reflexos diretos no já insuportável custo de vida.

Esperamos que o Chefe do Poder Executivo cumpra, em sua esperada Mensagem, aquilo que prometeu publicamente, reajustando, condignamente, os vencimentos dos servidores públicos estaduais, não só agradando-lhes com "o maior percentual do País" (poderá ser apenas trinta e um por cento), mas atribuindo ao menos quarenta e seis vírgula sete por cento ao menor índice dentro da escala que pretende adotar, pois este, repetimos, foi o percentual do aumento do custo de vida em 1976, reconhecido publicamente pelo porta-voz do Governo Federal ao justificar o reajuste concedido ao funcionalismo da União.

Convém frisar que, embora o servidor federal tenha obtido aumento de apenas trinta por cento, sua nova escala de vencimentos parte de Cr\$ 128,00 para o nível 1, até atingir o teto de Cr\$ 17.306,00, fixando para o nível 57, quantia que supera em aproximadamente quinhentos por cento o valor do nível trinta da Tabela de Vencimentos do funcionário público estadual.

Para finalizar, lembramos, ainda, que até esta data não temos notícia da Tabela de Vencimentos que deverá complementar o Estatuto do Magistério."

Era só, Sr. Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para registrar aquilo que ficou retrospectado, em nosso íntimo, no instante em que se mudou a Mesa diretiva deste Poder.

Verificamos, e se retratou em nosso consciente, de que carece, o Poder representativo do povo do Paraná, de uma providência imediata e urgente, e acima de tudo, de justiça no que se refere aos funcionários públicos deste Poder.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que, durante estes dois anos, via em seus quadros pouco mais de cem funcionários aqui lotados, prestando, na constância de seus trabalhos diários, seus serviços em troca dos salários que aqui recebem, transformou-se, nestes três dias, em uma verdadeira casa lotada de funcionários.

E aquilo que víamos, e denunciávamos, aqui, em meados do ano passado, que era preciso que esses funcionários que só recebem do Governo e ao Governo devem serviço, aqui viessem cumprir os seus deveres

como empregados do Estado, como empregados do povo.

Então, esse instinto de revolta que se caracterizou nestes três dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque vimos funcionários altamente remunerados bajulando os altos dirigentes da Mesa, para ficarem mais dois anos recebendo sem prestar serviços.

De que vale empregarmos a moralidade política deste Estado?

De que vale nos desgastarmos em falar de corrupção que se avanta a cada dia que passa, se nós mesmos, os responsáveis pela economia do Estado, fechamos os olhos diante deste Estado de coisas?

Estou, Sr. Presidente, Srs. Deputados, promovendo um levantamento até sigiloso, há mais de cinco meses para verificação destes funcionários afastados e que recebem polpuda quantia de vencimentos, e vou promover uma denúncia aqui desta tribuna.

Se não forem tomadas providências urgentes no sentido de sanar esta falta de decência e de moral do próprio Poder, eu irei recorrer a outras fontes, porque não permitirei, como Deputado, que isso continue a acontecer.

O Poder, o Governo, o Estado, não precisa de bajuladores, precisa de homens que tenham brio e civismo e que prestem serviços.

Fica aqui caracterizado o meu pensamento sobre o que eu vi, sobre o que eu senti e a minha formação de homem público não permite a ver, não permite a sentir, não permite a continuar este estado de coisas.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, fazendo suas as preocupações da Comissão Executiva e da Mesa, leva em alta consideração as denúncias formuladas da tribuna pelo eminente Deputado Lúcio Machado.

Procurará manter entendimento com as lideranças dos dois partidos para que, com a brevidade que o caso requer, se discuta, a nível da bancada, o que de melhor interessa para a projeção de uma imagem mais fortalecida deste Poder.

Assume a Presidência compromisso de consultar os Srs. Deputados do MDB e da ARENA sobre o problema que, reconheço, é delicado, porque envolve servidores públicos aos quais, esta Presidência manifesta todo o respeito.

Todavia, não poderá, jamais, transigir com qualquer comportamento que venha comprometer o bom andamento da administração.

Registrada a preocupação do eminente Deputado, solicita a Presidência que os Srs. Líderes, reunidos, convençionem data, local e hora para o debate do problema, a nível das duas bancadas.

No Grande Expediente, concedo a palavra a S. Exa. o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado regimentalmente.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Havendo declinado, consulto a Liderança da Aliança Renovadora Nacional se usará da faculdade de usar os 15 minutos reservados.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente.

Necessita de apoioamento.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente.

Necessita de apoioamento.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a VOTAÇÃO da matéria constante sobre a mesa:

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Requerimento de autoria do

Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Acácio Bueno ocorrido em Cornélio Procopio.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela eleição do Sr. Deputado Federal José Alencar Furtado, à Liderança da Bancada do MDB, na Câmara Federal.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de louvor pela eleição do Desembargador Ariel Ferreira do Amaral à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crissotomo, constante do expediente, solicitando regime de urgência para diversos projetos de lei e de resolução.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. Diretor do DETRAN, no sentido de que determine sejam efetuados estudos objetivando a criação de CIRETRAN no município de São José dos Pinhais.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, rogando-lhes seja concedido aumento de vencimentos ao funcionalismo estadual.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja determinada a construção de uma unidade escolar no distrito de Sertãozinho, município de Guaraniáçu.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, reivindicando continuidade de obras de pavimentação asfáltica interligando diversos municípios.— EM DISCUSSÃO.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Fica adiada a discussão do requerimento para o final da sessão de amanhã, conforme o Regimento Interno, em seu artigo 150.

A Presidência tem a honra de registrar a presença neste plenário do Sr. Antônio Finesso, Prefeito Municipal de Rancho Alegre.

Nos termos do Artigo 150 do Regimento Interno, ficou adiada a discussão e votação do requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Adalberto Daros em data de 22 de dezembro e que tem o seguinte teor:

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer as seguintes informações:

1. Quais os valores recebidos sob títulos de salários, vencimentos, gratificações, vantagens de qualquer título contábil, dos Diretores, assessores, profissionais Liberais, Técnicos de qualquer natureza, especialmente economistas, ou ainda pagos para firmas coletivas ou individuais, que prestem assessoramento técnico ou profissional de nível universitário ou não, todos ligados ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

a) Que a referida informação venha acompanhada de cópia ou xerox das folhas de pagamento mensais, onde deverá constar em separado o salário ou vencimento básico mensal e em destaque as gratificações ou outros pagamentos já percebidos ou a receber;

b) Que, na mesma informação conste em separado o valor pago ou gasto pelas pessoas ocupantes dos cargos ou serviços acima indicados, com referência a despesa de viagens: constando da informação: ajuda de custas, diárias, hospedagem, alimentação, condução ou outros gastos, enfim, toda e qualquer despesa efetuada pelos ocupantes de cargos ou empregos acima indicados;

c) Qual o critério adotado pelo Instituto para admissão de

funcionários de seu quadro;

d) A presente informação deverá atingir todos os meses separadamente do corrente ano de 1976.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) ADALBERTO DAROS.

JUSTIFICATIVA:

Como facilmente pode ser observado o presente pedido de informações é de grande importância e esta Casa poderá estar perfeitamente esclarecida com os gastos feitos pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social—IPARDES, com respeito as despesas da cúpula administrativa, seus assessores, técnicos, com todos os que servem aquele Órgão.

Nós que conhecemos a atual situação dos quadros dos servidores de todos os Poderes do Estado do Paraná, temos a obrigação de não cometer erros e muito menos deixar que estes enganos sejam cometidos.

A oportunidade é das melhores, e estas informações virão em data apropriada, tendo em vista, que o próprio Sr. Governador do Estado, em declarações feitas aos órgãos de divulgação, afirmou que remeterá Mensagem de aumento de vencimentos e vantagens aos servidores públicos do Estado.

Da mesma forma, o Senhor Secretário dos Recursos Humanos e outros elementos ligados ao Exmo. Sr. Governador do Estado, afirmam que o Governo enviará para aprovação desta Casa, mensagem de reestruturação de vários órgãos, fato este que não tem a negativa do Sr. Governador, que já afirmou a sua vontade de acertar a triste situação do funcionalismo público.

Estou certo de que este pedido de informações contará com o apoio dos Srs. Deputados, para que, com os dados remetidos a este Poder, possamos amanhã estudar com maior clareza o que se pretende, e que também não sejamos julgados pela laboriosa classe dos funcionários como insensíveis, bem como pelo povo de nossa Terra como irresponsáveis, uma vez que o Estado vive às custas dos homens e mulheres que trabalham em favor do progresso deste Estado”.

Em votação o requerimento.— APROVADO.

Com adiamento de discussão, também com o respaldo do Art. 150 do Regimento Interno, de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, apresentado em data de 22 de dezembro, requerimento no seguinte teor:

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de louvor, como reconhecimento desta Casa, pelos serviços prestados na Chefia do décimo quinto Distrito Sanitário, pelo médico Antônio Godinho Machado.

Sala das Sessões, em 22 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

JUSTIFICATIVA:

Conhecemos o asseio de Atividades que envolve o décimo quinto Distrito Sanitário, sediado na cidade de Maringá e que abrange uma circunscrição de 24 municípios, polarizados pela Cidade-Canção.

Entretanto, é de justiça reconhecer a dinamicidade empregada pelo médico-Chefe daquele órgão da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social, o qual, com dedicação, abnegação e seriedade, desenvolve um trabalho por todos elogiado.

Porisso, para que a atitude desta Casa, consubstanciada na inserção de voto de louvor atribuído ao Dr. Antônio Godinho Machado, revista-se de caráter de incentivo às criaturas participantes da vida pública, para que norteiem também, suas atividades, dentro de sadios princípios de desprendimento à causa abraçada, de forma humana e, sobretudo, cristã.

Inválida portanto, será a crítica porventura ao autor desta proposição, por se tratar de homem de oposição, quando, no caso presente, o merecedor deste tributo é integrante das fileiras do Governo vez que, a ação por ele encetada diz direto respeito à saúde de nossa gente, que indistigüe siglas partidárias.”

A este Requerimento foi anexada um Emenda Substitutiva no seguinte teor:

"EMENDA SUBSTITUTIVA AO REQUERIMENTO NÚMERO 05/22.

No requerimento número 5/22 substitua-se o que se segue às expressões "... como reconhecimento desta Casa" pelo seguinte:

"... pelos serviços prestados por todos os Chefes de Distritos Sanitários."

Sala das Sessões, em 02 de março de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES."

Em discussão o requerimento.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO (Para discutir). Por ordem regimental, o referido requerimento foi adiado da última sessão do ano de 1976, para hoje.

Sr. Presidente, pedimos para discutir, naquela oportunidade, para acrescentarmos à louvável iniciativa do Deputado do MDB, Valter Pietrângelo, que realmente o Dr. Antônio Coutinho, Chefe do Distrito Sanitário de Maringá é merecedor deste voto de louvor.

Membro da ARENA de Maringá, este médico teve uma atuação muito especial durante a campanha política de 1976, fazendo com que o atual Prefeito, João Paulino, chegasse até àquele cargo.

Portanto, é com muita justiça que o Deputado Valter Pietrângelo requer um voto de louvor àquele médico.

Nós nos congratulamos com o Deputado Valter Pietrângelo e fazemos nossas, suas palavras; o Dr. Antônio Coutinho, membro da ARENA e que teve uma atuação preponderante naquela eleição do ano passado, merece, sem dúvida alguma, desta Casa, um voto de louvor pelo trabalho que vem desenvolvendo frente àquele Distrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Continua em discussão.—

Encerrada a discussão. Em votação o requerimento, ressalvada a Emenda.— APROVADO.

Em votação a Emenda.— APROVADA.

A Presidência tem a honra de registrar a presença neste Plenário,

do Sr. José Francisco Queiróz, Prefeito Municipal de São João do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente.

No dia 22 de dezembro do ano passado, solicitamos informações também, além desse que foi aprovado hoje, no que diz respeito aos exames psicotécnicos.

Este requerimento foi enviado ao DETRAN faz mais de sessenta dias, e não tivemos até agora, Sr. Presidente, resposta, àquele pedido de informações.

Razão pela qual, eu apelaria à Presidência que tomasse conhecimento com a Secretaria, porque as respostas não vieram a esta Casa.

O requerimento de nossa autoria, de 22 de dezembro de 1976, diz respeito aos exames psicotécnicos, enviados ao DETRAN.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — A Presidência solicita que o

Sr. Primeiro Secretário determine as buscas necessárias a fim de localizar no protocolo a data da expedição e conferir decorrência de prazo para, em seguida informar a V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 269/76

e marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 04, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 362/76.

Levanta-se a sessão.